Assembleia da República
Divisão de Apoio às Comissões
Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

ECOM5XVII/2026/10
Data: 15/02/2026
Discussão: 18/02/2026
Resultado: Aprovado por unanimidade
Favor.: PSD, CH e PS
Ausente: IL, L, PCP, CDS-PP, BE e PAN

GRUPO PARLAMENTAR CHEGA

Exmo. Sr. Presidente, da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Rui Afonso

Assunto: Requerimento para audição da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) sobre a credibilidade, isenção e eficácia dos procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes superiores da Administração Pública

Exmo. Sr. Presidente,

Na última semana, diversos órgãos de comunicação social noticiaram acusações públicas de que concursos para altos cargos da Administração Pública estariam a ser viciados ou condicionados, com a alegação de que "a maior parte das pessoas que concorrem sabe que já está tudo decidido antes de o concurso ser feito", conforme declarado pelo antigo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho em evento público recente.

As considerações públicas apontam para práticas que podem comprometer a transparência e credibilidade dos procedimentos concursais, incluindo a utilização prolongada de regimes de substituição em cargos de direção e a anulação de concursos em que o candidato em funções não figura entre os melhores classificados, o que suscita dúvidas sobre a plena observância dos princípios legais que regem o recrutamento de dirigentes superiores do Estado.

A CReSAP foi criada com a missão de garantir isenção, rigor e independência na seleção de dirigentes superiores da Administração Pública, sendo necessária a avaliação parlamentar sobre a sua atuação, autonomia institucional, eventuais constrangimentos operacionais e eventuais condicionamentos na prossecução do seu mandato estatutário.

A audição que o Grupo Parlamentar do Chega vem requerer, destina-se a esclarecer os factos noticiados, a averiguar eventuais fragilidades nos procedimentos concursais, e a auscultar o ponto de vista da CReSAP sobre as críticas recentes, bem como eventuais propostas de reforço dos mecanismos de integridade e de independência dos concursos públicos para altos cargos do Estado. Convém, contudo, referir que esta não é a primeira vez que a CReSAP vê apontadas fragilidades nos procedimentos concursais.

Face à importância do tema para a credibilidade, integridade e eficácia da Administração Pública, e para a defesa dos princípios constitucionais que regem o acesso à função pública, considera-se pertinente a realização desta audição.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, e de acordo com o previsto no Plano de Atividades desta Comissão, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) sobre a credibilidade, isenção e eficácia dos procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes superiores da Administração Pública, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

Palácio de São Bento, 15 de fevereiro de 2026

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pinto – Eduardo Teixeira – Rui Afonso – Francisco Gomes – Patrícia Almeida – João Ribeiro – Rui Cardoso – Paulo Seco – Bernardo Pessanha – Manuela Tender